



Fundação Cuidar o Futuro

PRESENÇA

Fundação Cuidar o Futuro

CAPA DE: MARIA FLAVIA DE MONSARAZ

presença

DEZEMBRO DE 1959

Redacção: Av. Duque de Loulé, 90, r/c D.
LISBOA

EDITADA PELA J.U.C.F.
FILIADA NA PAX ROMANA

sumário



maranatha

Natalie Hasse Fernandes

nota litúrgica

M. R.

a mediação de Maria na doutrina católica

Pe. João A. de Sousa

o natal foi de noite

José Brito

falando de equilíbrio

Maria Teresa Santa Clara Gomes

sobre o trabalho feminino em Portugal

Maria Manuela Silva

profissões técnicas para mulheres ?

Maria de Lourdes Pintasilgo

dúvidas sobre bíblia

Secção dirigida pelo Cônego Gregório Neves

quem são as A. F. I. C. ?

Violet Nevile

o tachisme e a pintura de hoje

José Escada

pitagorismo

Maria Silvina Palmeirim, R.S.D.

valores espirituais e saúde mental

Maria Luísa Val do Rio

ver para pensar

Chessman e a justiça humana

E. F.

ficheiro bibliográfico

MARANATHA



Se, na verdade, o Mundo foi testemunha da Encarnação do Verbo, da Sua Crucificação e da Sua Ascensão, se já está redimido, porque persiste nele uma ansiosa esperança, a estranha expectativa de uma vinda?

É que, embora, em princípio, redimido, o Mundo não representa ainda, para todos os homens, aquele estado de acesso à Verdade absoluta e àquela oportunidade de glorificação de Deus para que em princípio, foi criado. Falta ainda completar-se, por assim dizer, a sua santificação efectiva. Falta a plena expressão da vida da graça nas estruturas humanas. Falta um grande número de cristãos fervorosos atraídos por Cristo e atraindo para Ele. Falta chegar-se à plenitude do Corpo Místico.

A expectativa refere-se pois a dois aspectos da mesma vinda — no indivíduo e no conjunto universal.

O Advento, apresentando, nos trechos do Antigo Testamento, a esperança no aparecimento do Messias, chama-nos também a atenção para aquela vinda que nós, os cristãos de hoje, igualmente esperamos. A vinda de Cristo como Senhor de tudo e de todos para presidir em glória, à plena realização de todo o Mundo — seres inanimados e seres vivos, homens e estruturas sociais.

Maranatha é a palavra em que se exprime essa expectativa. Expressão arcaica de significado levemente misterioso — «O Senhor vem» ou «Senhor vem!», é usada por S. Paulo, o apóstolo que tanto viveu, em antecipação, a glória e a plenitude da segunda vinda de Jesus Cristo.

O «quando» e o «como» são-nos desconhecidos. O Apocalipse não está ainda totalmente desvendado. Mas o que sabemos é que o Senhor virá. E só virá quando tudo estiver preparado. Numa época especialmente chamada à vivência do problema missionário, por razões e circunstâncias humanas e temporais que representam um sinal de Deus no que diz respeito ao alargamento do Seu Reino e, conseqüentemente, ao apressamento da Sua Vinda, não podemos deixar de atender a este mistério mais universal, para além do mistério da revelação do Senhor a cada alma em particular.

Vivamos, pois, como cristãos eternos e como homens do nosso tempo, mais uma época de Advento oferecida no sábio retorno do ciclo litúrgico. O Senhor vem, como Juiz, para separar o bom do mau, para colher o fruto da Sua messe, para recompensar os operários, para acolher os seus amigos íntimos. Preparemo-nos em sacrifício e humildade, para a Sua Vinda, no Poder.

Pois vem, Senhor, já, o Desejado das Colinas Eternas, Rei e centro de todos os corações, nossa paz e reconciliação. Vem, porque Te esperamos no Amor. Agradecemos-Te, desde agora, todas as graças que nos quiseres conceder durante toda a vida e aceitamos reconhecidos aquele lugar em que nos quiseres colocar, na Tua eterna Beatitude de acordo com os Teus desígnios e segundo a maneira como tivermos correspondido à Tua graça.

O Senhor vem. Preparemo-nos.

Vem, Senhor!

Maranatha!

NATÁLIA HASSE FERNANDES

Salmo n.º 2

Porque se agitam as nações em tumulto
e os povos meditam coisas vãs?

Os reis da terra sublevam-se
e os príncipes conspiram contra Jahvé e
o Seu Ungido.

«Vamos, quebreemos os laços
e libertemo-nos do jugo»

Aquele que tem o Seu Trono nos Céus
troça-os

Jahvé olha-os com desprezo
Então cheio de cólera, ele lhes fala
e espanta-os com o poder da sua ira.

«Sobre Sião, eu o constituí Rei
sobre Sião, minha Santa Montanha»

Eu proclamarei o decreto de Jahvé:
Ele disse-me: «Tu és o Meu Filho,
e Eu hoje te gerei».

Pede-me, e dar-te-ei as nações por herança
e o teu domínio irá até aos confins da terra.

Governá-la-ás com um cetro de ferro
e como vasos de barro, as destruirás

E agora, sede sábios, ó reis
instruí-vos, vós que julgais a terra.

Submetei-vos a Jahvé com respeito
beijai os seus pés com temor.

Se Ele se encoleriza, vós pericereis
e a sua cólera rapidamente se abrasa

Felizes aqueles que põem N'Ele a sua
confiança

nota
litúrgica

Para os povos que se agitam em tumulto, para os homens que se debatem uns contra os outros, para todas as nações, o Senhor vem. Veio, numa primeira vinda histórica e situada, vem a cada um de nós hoje, presente na Sua Igreja e virá no fim dos tempos, numa segunda vinda prometida e anunciada. Essa manifestação gloriosa, de Rei Triunfador, que o Salmo 2 deixa entrever, será para todos os homens: para os que N'Ele creem e para os que O recusam, para os que O amam e para os que querem odiá-lo. Ele, que é o Senhor de todas as coisas, desde a Criação do mundo, manifestará então o Seu Poder de forma real e absoluta, o Seu domínio que vai até aos confins da Terra. O Reino de Deus, que é uma realidade em construção desde a primeira vinda de Cristo, manifestar-se-á então, de forma plena e total, sobre todas as coisas e sobre todos os homens.

É esta espera crescente e vigilante que a preparação para o Natal nos faz viver intensamente, e que nós todos os dias concretizamos no Pai-Nosso: «Venha a nós o Vosso Reino».

M. R.



A mediação de Maria na doutrina católica

pele P.^o João A. de Sousa

Segundo a visão cristocêntrica que S. Paulo tem da história do mundo, «chegada que foi a plenitude dos tempos enviou Deus o Seu Filho, nascido de uma Mulher, (...) a fim de recebermos a adopção filial» (Gal. IV, 4).

Tudo estava pronto, após longa preparação pedagógica que foram os tempos do Antigo Testamento: o plano de Deus para a salvação da humanidade pela Incarnação redentora vai finalmente realizar-se a partir da maternidade divina de Maria. Mas se o plano de Deus para a Incarnação se realizou por meio de Maria, forçoso é reconhecer a presença de Maria no mistério de Cristo enquanto ele constitui a «intuição central» de Deus a respeito do mundo. A Incarnação do Verbo e a Maternidade divina de Maria não são mais que dois aspectos, historicamente inseparáveis, do mesmo mistério.

Neste facto se fundamentam os teólogos para falar da «predestinação» de Maria para Mãe do Redentor como de algo que situa a Virgem no centro dos planos de Deus a respeito da salvação do mundo, elevando-a à própria ordem

da «união hipostática» que é a de Cristo, para intimamente se associar a toda a Sua obra redentora. É por isso que o pensamento cristão sempre viu na maternidade divina de Maria **tanto uma relação autenticamente maternal com o Verbo Incarnado como uma relação espiritual ou soteriológica com toda a humanidade.**

Deixemos por agora o estudo dos aspectos mais propriamente fisiológicos da maternidade de Maria para nos determos na análise das suas consequências espirituais em favor do género humano.

Com razão escreveu Mons. Suenens que a maternidade de Maria foi uma «maternité engagée» (*Quelle est Celle-ci?*, p. 43). E explica: ao passo que as outras mães geram filhos sem que por isso fiquem necessariamente associadas ao seu futuro, a Virgem Maria «empenhou-se» pessoalmente na obra redentora d'Aquele que d'Ela nasceu como Filho. É que a Incarnação já continha em germe a própria Redenção. Maria não foi simplesmente a mãe de alguém que mais tarde veio a ser redentor da humanidade, à maneira de uma mãe cujo filho por

vocação posterior e imprevista se consagrou a Deus no Sacerdócio. Cristo já nasceu como Salvador; nem é outro o Seu destino de Verbo Incarnado, segundo os planos de Deus (cfr. Hebr. X, 5-10). Tão essencial foi para Cristo nascer já Redentor, como foi conatural para Maria ser Mãe do Redentor.

A contemplação da maternidade divina de Maria à luz da Revelação leva-nos a afirmar que ela constitui um caso único na história das maternidades, denotando aspectos e valores que não encontram paralelo na escala puramente humana e que por isso mesmo só à luz transfiguradora da fé devem ser encarados. É assim que somos levados a falar do que poderíamos denominar a «dimensão social» desta maternidade. Tal é o alcance do ensinamento do Papa S. Leão Magno, quando escreveu: «a geração de Cristo é a origem do povo cristão; o nascimento da Cabeça é também o nascimento do Corpo».

Está aqui uma das mais antigas intuições da piedade cristã, que fundamentou as relações de Maria connosco em ordem à salvação no conceito de uma maternidade espiritual de carácter universal. No título de **Mãe de todos os homens** (há por aí muitas Igrejas dedicadas a «Nossa Senhora Mãe dos homens») vai afirmada a prerrogativa que de algum modo faz da Santíssima Virgem **princípio activo da nossa vida sobrenatural em virtude de uma actividade especificamente materna em nosso favor**. Prestando o seu consentimento na Anunciação e aderindo aos sofrimentos e intenções salvíficas de Cristo no Calvário, Maria, tinha consciência de que a sua missão não se terminava na simples maternidade histórica com que gerara o Senhor Jesus, mas antes se projectava

intencionalmente na maternidade espiritual com que era chamada a gerar o Corpo Místico deste Seu Filho, segundo os planos concretos de Deus para o estabelecimento da «economia» da salvação.

É de facto tradicional na Igreja dizer-se que Maria nos concebeu espiritualmente em Nazaré para nos dar à luz nas dores do Calvário, embora para cada um de nós em particular a sua maternidade só se actualize quando pela fé e pelo Baptismo nos tornamos pessoalmente participantes dos frutos da Redenção.

A nossa regeneração sobrenatural efectua-se portanto **em Maria** pelo influxo do Espírito Santo. Mas falar da nossa regeneração sobrenatural em Maria é evocar a própria **maternidade espiritual da Igreja** — a que chamamos a «Santa Madre Igreja», — porque é na Igreja e pela Igreja que Maria exerce a sua missão de Mãe do género humano. A «interpretação» de Maria e da Igreja no exercício da maternidade espiritual ou soteriológica foi mesmo providencialmente ilustrada pela presença discreta mas activa de Maria nos primórdios da Igreja por ocasião do Pentecostes. Assim como a Incarnação se operou «de Spiritu Santo ex Maria Virgine», assim também toda a actividade apostólica ou maternal da Igreja se deve realizar com Maria e pelo Espírito Santo. Assim foi no Pentecostes e sempre assim o será até à consumação final.

No ponto a que chegámos faz propósito à matéria de que tratamos perguntar por que motivo os protestantes negam tanto a maternidade espiritual de Maria como a maternidade efectiva da Igreja na obra da nossa salvação. Por mero acaso? De modo algum. A pedra de escândalo para a teologia protestante é a pretensão católica de reconhecer ou-

tros «mediadores», ainda que secundários e subordinados porque apenas instrumentais, além de N. S. Jesus Cristo. Que Maria e a Igreja não são mais que dois aspectos da concretização do plano eterno de Deus de associar a criatura à obra da salvação. E assim, a pretexto de que o pensamento católico a respeito de Maria e da Igreja constituía afronta à dignidade do único Mediador por direito próprio, Cristo Nosso Senhor, não houve o mínimo pejo no século XVI de rejeitar com uma penada duas das mais venerandas doutrinas da multiseular tradição cristã. Com profunda exactidão teológica escreveu o P. Congar que «La jonction du ciel et de la terre est faite, en même temps que par Jésus-Christ et en raison de lui, par Marie, en qui s'est opérée l'Incarnation, et par l'Eglise, qui nous en communique les fruits» (**Le Christ, Marie et l'Eglise**, p. 22).

No fundo deste problema está que os católicos defendem em Maria a sua concepção da mediação espiritual própria da Igreja, conforme já foi observado por um teólogo protestante. E de facto assim é. A convicção católica a respeito da maternidade espiritual da Virgem Nossa Senhora na ordem da salvação não pode deixar de constituir ponto de partida para a reflexão teológica acerca do facto da **mediação mariana**, que não é senão o exercício imediato ou o efeito formal desta mesma maternidade. Torna-se efectivamente manifesto que, se Maria é Mãe universal da humanidade, — Mãe do «Cristo histórico» e Mãe do «Cristo místico», — Ela há-de ser, de algum modo, **medianeira entre Deus e os homens**, em virtude de se situar entre Deus e os homens à maneira de «meio» entre dois termos.

Como entender a função de media-

neira na Virgem nossa Mãe? É evidente não haver repugnância de princípio na hipótese de que a mediação fundamental e principal de Cristo inclua uma qualquer colaboração que seja considerada mediação secundária participada e por isso mesmo subordinada aos méritos e intenções do Redentor. E o certo é que a Revelação convida-nos a reconhecer que a bondade de Deus na sublime epopeia da salvação traduziu-se tanto nos dons de Cristo à humanidade como na associação da criatura à obra da salvação, à maneira de instrumento ministerial nas mãos de Deus. Parece mesmo dever afirmar-se à luz da Escritura que nesta associação da criatura ao Criador para instituir a obra da salvação está ilustrado todo o misterioso simbolismo da presença da mulher na história sagrada (cfr. Gen. II, 23 e Eph. V, 32).

Será então de estranhar que o sentido místico da mulher se realize em medida transcendente n'Aquela que pela sua divina Maternidade colaborou com Deus na própria formação física e moral do Redentor? Maria é simplesmente a **Mulher**, a Mulher por antonomásia, a **Nova Eva** totalmente unida ao Filho no Seu papel de Mediador entre Deus e os homens, pela luta contra o pecado, conforme a promessa divina, logo após a queda dos nossos primeiros pais. Aceite-se pois sem receio que a Virgem é **Medianeira** na mediação de Seu Filho. Fique porém bem claro que a mediação única de Cristo, constituindo com ela uma certa totalidade de causa, na obra da reconciliação do género humano com Deus. Muitas das dificuldades levantadas pelos protestantes contra a atribuição da prerrogativa de **Medianeira** à Virgem Nossa Senhora provêm de uma

(Continua na página seguinte)





O Natal foi de noite

O Natal vive dum facto único: o nascimento de Cristo. Esse facto, referido muito precisamente no espaço e no tempo à noite de Belém, durante o recenseamento de Quirino, só os cristãos o conhecem, aqueles que receberam o Verbo de Deus (Jo. 1, 10-12). São estes os que dão testemunho, porque estão com Ele desde a primeira hora, os que reconheceram que Ele saiu do Pai e veio ao mundo, enviado do Pai, por isso, receberam as palavras d'Ele e guardaram os seus mandamentos.

Fundação Cuidado com o Futuro

Só o círculo dos últimos e familiares sabé que o Senhor nasceu em Belém. Os outros, como os judeus, julgam que sabem mas não sabem: «Este — dizem — sabemos donde é» (Jo. 7, 27). E continuarão a responder a Nicodemos: «Estuda! Verás que da Galileia não sai profeta algum» (Jo. 7, 52). Com efeito, não vão muitos passos do escândalo dos judeus à negação dos modernos. Aqueles negavam o Filho de Deus, porque Ele vestia a aparência humana de nazareno e galileu. Os homens de hoje mergulharam as mãos até aos pulsos no barro de que são feitos, nele se encontraram irmãos pela angústia, pela dor, pela guerra, pela vertigem do poder e do domínio. Ao reconhecerem em Cristo essa humanidade de que se reclamam solidários e colectivos, também os olhos deles se cegam para o Filho de Deus. São os que da Igreja, que é Cristo a nascer e a completar-se cada dia nos cristãos, só vêem a superfície: os homens, o pecado, a história, a organização. Uns e outros, os judeus e os modernos, porque julgam segundo a carne, e não segundo

o espírito de Deus, que anima a Igreja de Cristo, não sabem afinal donde o Senhor vem (Jo. 8, 14). Como podem, pois, conhecer o Natal?

É este o mistério da lapinha de Belém e que a torna inacessível aos olhos do mundo. Jesus Cristo, explica o apóstolo S. Paulo, «despojou-se a Si próprio, tomando a condição de escravo, ficando semelhante aos homens» (Fil. 2, 7). Quer dizer, aquela glória exterior a que Jesus tinha direito como Filho e Imagem de Deus, a mesma que brilhou para os três apóstolos na Transfiguração, Ele a recusou voluntariamente — «tido pelo aspecto como homem», continua o Apóstolo —, para a receber só do Pai como preço da sua morte na cruz. A aparência pobre e despojada do menino nas palhas, nada «messiânica» e nada «eficiente», é a substância do Natal para judeus e modernos, foi escândalo para uns e fundamenta a negação dos outros. Mas o crente, que olha as realidades imanentes sob a exterioridade sensível, vê a luz que enche o presépio, dá de chapa nas caras de Maria e de José, e brilha misteriosamente na noite — como na Natividade de Altdorfer. E alegra-se no íntimo, porque, sendo rico, Ele se fez pobre para nos enriquecer com a sua pobreza (2 Cor. 8,9).

O Natal foi de noite. Nox saeculum, comenta Santo Ambrósio, a noite é este mundo. Cristo é, portanto, luz que brilha nas trevas do mundo, ou não foi Ele que disse: «eu vim como luz ao mundo, a fim de que todo o que acredita em mim não fique nas trevas» (Jo. 12,46)? Neste dualismo da luz e das trevas gira todo o mistério do Natal.

Claro que o próprio Natal é a luz. Por ela, a Igreja se veste de branco, e o coro repete as palavras de Isaías: «hoje uma luz brilhará sobre nós, porque nasceu-nos o Senhor e será chamado Admirável, Deus, Príncipe-da-Paz, Pai-do-Século-Futuro». Na verdade, próprio do Natal é o mistério do Verbo que se fez carne, e o Verbo é a luz. Tão propriamente, que os cristãos, que fa-

zem um com o Verbo, como uma nova encarnação, são chamados «filhos de luz», deixam de ser filhos deste mundo actual e mau a que Cristo veio para os tirar dele (Gal. 1,4), e reconhecem-se pelas obras de bondade, de justiça e de verdade (Ef. 3,8-11).

Para realizar esta filiação nova dos cristãos, resultado e comemoração viva do Natal, neste nosso ano de 1959, como em todos estes anos finais de depois de Cristo, é que o Menino nasceu da Virgem na noite de Belém. Mas, com Maria, a que a luz do presépio dá de chapa na cara, o Natal dramatiza-se duma maneira enorme, como se todas as sombras que povoam a noite desde a origem do mundo, e todas as sombras que povoam as noites que hão-de vir se tivessem acumulado na cabeça da Senhora iluminada. Aí temos, de repente, a força do Natal. A luz e as trevas deixam de ser imagem profética e pictória, são engolidas pelas pessoas. Com efeito, pela Virgem veio a carne ao Verbo, a ponto de se dizer que ela lhe deu da sua substância. E, nessa carne, da Virgem e do Verbo, acumulou Deus todas as trevas do mundo, todo o pecado, toda a maldição. Não diz o Apóstolo que «Deus, enviando o seu Filho em carne semelhante à do pecado e para expiação do pecado, condenou o pecado na carne» (Rom. 8,3)? E, noutro lugar, que «O que não conhecera o pecado, Deus fê-lo pecado por nós, para que n'Ele nos tornássemos justiça de Deus» (2 Cor. 5,21)? E, noutro lugar: «Cristo resgatou-nos da maldição da Lei, por se ter tornado, por nós, maldição» (Gal. 3,13)?

O Senhor Jesus e sua Mãe nos ajudem a ser filhos de Deus imaculados no seio duma geração desviada e perversa, dum mundo onde brilhamos como focos de luz, mostrando-lhe a Palavra da vida! Amen.

JOSÉ BRITO



No limiar da Univer

Falando de equilíbrio

por Maria Teresa Santa Clara Gomes

Passada a novidade dos primeiros contactos e a ânsia de querer conhecer *tudo* o que há de novo na vida universitária, imagino-vos neste fim do 1.º período, a suspirar de alívio perante o balanço das experiências feitas. Afinal, a adaptação foi muito mais fácil do que se esperava!... Os professores, mesmo quando falam uma linguagem que só eles parecem entender, são, no fundo, pessoas iguais às outras; os colegas, apesar das diferenças de maneiras de ser e de pensar, andam, também, à procura de *mais alguma coisa*; e as matérias de estudo, que a princípio apenas pareciam acessíveis a meia dúzia de «génios» são agora caminho aberto, que cada uma começa a percorrer com gosto e confiança!

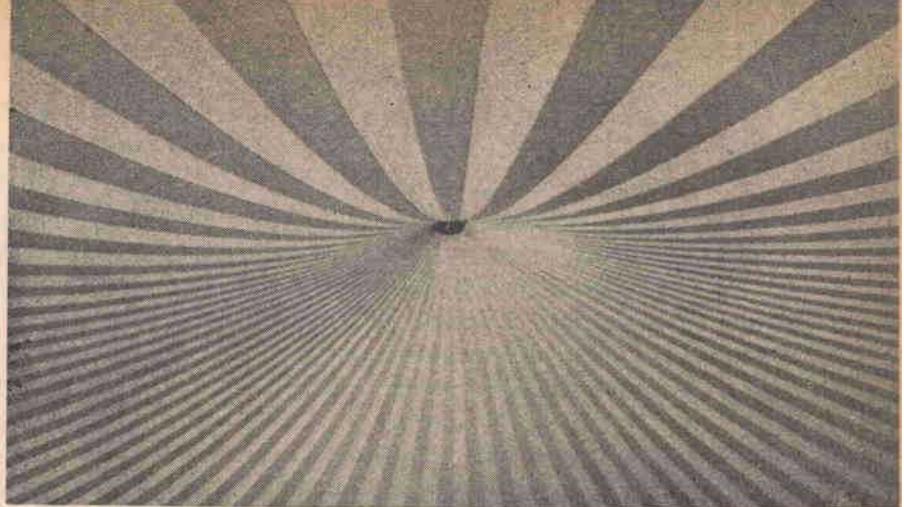
No entanto, apesar da segurança que vos dá o domínio da nova situação, há, concerteza, ainda muitas coisas que vos não parecem claras ou, pelo menos, susceptíveis de ser resolvidas com o à vontade e a certeza «invejados» nas mais velhas... Qual de vós não estará atormentada, por exemplo, com a dificuldade de encontrar um *estilo de vida* adequado ao tipo de trabalho que a faculdade exige? E, para além disso, qual de vós se não preocupa em conquistar um ritmo de trabalho que lhe traga aquele *equilíbrio interior* que é condição de autenticidade em tudo o que fazemos ou dizemos?

Libertas dos esquemas apertados da vida de liceu e no desejo de aproveitar ao máximo a liberdade e independência que a Universidade proporciona, é natural que cada uma tivesse procurado «encaixar» nos furos do seu horário a longa série daqueles interesses que mais as aliviam. Lá ficaram os Institutos, as aulas de ginástica ou cerâmica, os concertos, os cursos, as reuniões... E, com o «rótulo» de imprevistos, ainda houve, concerteza, quem conseguisse «arrumar» as terças-feiras clássicas do Tivoli, as quartas-feiras do Império, e o CCC, e as matérias culturais de teatro, e os encontros com as amigas do liceu, etc., etc., etc..

Não vou dizer-vos, evidentemente, que considero todas estas coisas supérfluas. Reconheço, nesse «atropelo» de actividades aquela inquietação cultural e humana que é condição de uma vida cheia, inserida no nosso tempo, em diálogo aberto com tudo e com todos... Mas não será necessário procurar uma escala de valores que ponha no seu devido lugar as solicitações que cada dia surgem como oportunidade únicas? Não se imporá a escolha do *mais importante com a inevitável renúncia ao que é vazio, fútil*, ou, pelo menos, secundário? E qual é afinal, o equilíbrio a procurar na vida da Universidade?

Não é fácil encontrar, para estas in-

sidade



terrogações, uma solução feita. Qualquer resposta terá que ser (como tudo na vida humana...) fruto duma atitude dinâmica, a renovar em cada dia, a refazer em cada decisão. Em todos os casos, porém, o *equilíbrio* não pode deixar de construir-se sobre os dois polos que alicerçam e fundamentam a vocação universitária: o *estudo pessoal* e o *serviço dos outros*. Gostava, por isso, de conversar convosco sobre estes dois pontos:

1. Se o próprio e específico da vocação do universitário é *servir a Verdade pela inteligência*, torna-se evidente que o seu equilíbrio tem que começar por procurar-se na *fidelidade, sem reservas, às exigências do trabalho intelectual*.

— É através do estudo, — na labor ignorado, duro, do dever de estado perseverantemente cumprido, que o estudante se santifica — dizia-vos eu na outra carta. Mas mesmo quando se ignora esta dimensão sobrenatural (a única que dá o sentido inteiro à vida do homem) permanece inteiramente válida para o universitário a necessidade de, pelo trabalho intelectual, fazer florescer e frutificar as faculdades que estão na base do seu caminho próprio.

Assim, anteriormente a quaisquer interesses ou aptidões que nos sintamos incluídas a exercitar, está a obrigação de cultivarmos as capacidades da inteligência que, pelo menos durante os anos

de Faculdade, hão-de ser, para nós, condição básica de realização pessoal. E não se ceda à ilusão de pensar que o equilíbrio na vida de estudo se conquista apenas com uma boa «arrumação» de horário, com horas bem distribuídas entre os mais díspares interesses. Não. É preciso que, em qualquer «arrumação», o maior número de horas seja consagrado ao estudo. É preciso que se saiba utilizar o tempo não só a «aprender coisas», mas a *repensar* e que se lê nos livros, a dar-lhe forma pessoal, a integrar tudo numa concepção certa e original do mundo, da vida, dos seres... É preciso que em todas as ocasiões e em todas as circunstâncias e em todos os lugares cada experiência que se vive seja reflectida, assimilada, tornada elemento duma maturidade espiritual que se conquista e se merece.

2. Apesar de centrado na procura da Verdade e sujeito a todas as exigências que um tal caminho implica, o universitário não pode passar os anos da faculdade fechado sobre si próprio.

A Universidade não é só estudo, formação da inteligência — é também *comunidade viva*. Nessa comunidade há um apelo constante dos outros (a matéria que se estuda em comum, os apontamentos que se emprestam, os problemas pessoais que se escutam ou pressentem...) E a resposta a esse apelo, na abertura

No limiar da Universidade

Falando de equilíbrio

por Maria Teresa Santa Clara Gomes

Passada a novidade dos primeiros contactos e a ânsia de querer conhecer *tudo* o que há de novo na vida universitária, imagino-vos neste fim do 1.º período, a suspirar de alívio perante o balanço das experiências feitas. Afinal, a adaptação foi muito mais fácil do que se esperava!... Os professores, mesmo quando falam uma linguagem que só eles parecem entender, são, no fundo, pessoas iguais às outras; os colegas, apesar das diferenças de maneiras de ser e de pensar, andam, também, à procura de *mais alguma coisa*; e as matérias de estudo, que a princípio apenas pareciam acessíveis a meia dúzia de «génios» são agora caminho aberto, que cada uma começa a percorrer com gosto e confiança!

No entanto, apesar da segurança que vos dá o domínio da nova situação, há, concerteza, ainda muitas coisas que vos não parecem claras ou, pelo menos, susceptíveis de ser resolvidas com o à vontade e a certeza «invejados» nas mais velhas... Qual de vós não estará atormentada, por exemplo, com a dificuldade de encontrar um *estilo de vida* adequado ao tipo de trabalho que a faculdade exige? E, para além disso, qual de vós se não preocupa em conquistar um ritmo de trabalho que lhe traga aquele *equilíbrio interior* que é condição de autenticidade em tudo o que fazemos ou dizemos?

Libertas dos esquemas apertados da vida de liceu e no desejo de aproveitar ao máximo a liberdade e independência que a Universidade proporciona, é natural que cada uma tivesse procurado «encaixar» nos furos do seu horário a longa série daqueles interesses que mais as aliviam. Lá ficaram os Institutos, as aulas de ginástica ou cerâmica, os concertos, os cursos, as reuniões... E, com o «rótulo» de imprevistos, ainda houve, concerteza, quem conseguisse «arrumar» as terças-feiras clássicas do Tivoli, as quartas-feiras do Império, e o CCC, e as matérias culturais de teatro, e os encontros com as amigas do liceu, etc., etc., etc..

Não vou dizer-vos, evidentemente, que considero todas estas coisas supérfluas. Reconheço, nesse «atropelo» de actividades aquela inquietação cultural e humana que é condição de uma vida cheia, inserida no nosso tempo, em diálogo aberto com tudo e com todos... Mas não será necessário procurar uma escala de valores que ponha no seu devido lugar as solicitações que cada dia surgem como oportunidade únicas? Não se imporá a escolha do mais importante com a inevitável renúncia ao que é vazio, fútil, ou, pelo menos, secundário? E qual é afinal, o equilíbrio a procurar na vida da Universidade?

Não é fácil encontrar, para estas in-



terrogações, uma solução feita. Qualquer resposta terá que ser (como tudo na vida humana...) fruto duma atitude dinâmica, a renovar em cada dia, a refazer em cada decisão. Em todos os casos, porém, o *equilíbrio* não pode deixar de construir-se sobre os dois polos que alicerçam e fundamentam a vocação universitária: o *estudo pessoal* e o *serviço dos outros*. Gostava, por isso, de conversar convosco sobre estes dois pontos:

1. Se o próprio e específico da vocação do universitário é *servir a Verdade pela inteligência*, torna-se evidente que o seu equilíbrio tem que começar por procurar-se na *fidelidade, sem reservas, às exigências do trabalho intelectual*.

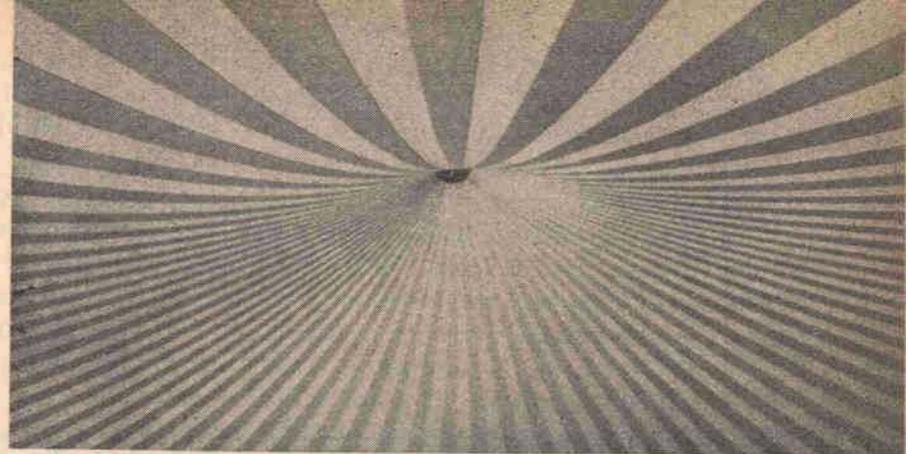
É através do estudo, — na labor ignorado, duro, do dever de estado perseverantemente cumprido, que o estudante se santifica — dizia-vos eu na outra carta. Mas mesmo quando se ignora esta dimensão sobrenatural (a única que dá o sentido inteiro à vida do homem) permanece inteiramente válida para o universitário a necessidade de, pelo trabalho intelectual, fazer florescer e frutificar as faculdades que estão na base do seu caminho próprio.

Assim, anteriormente a quaisquer interesses ou aptidões que nos sintamos incluídas a exercitar, está a obrigação de cultivarmos as capacidades da inteligência que, pelo menos durante os anos

de Faculdade, não-de ser, para nós, condição básica de realização pessoal. E não se ceda à ilusão de pensar que o equilíbrio na vida de estudo se conquista apenas com uma boa «arrumação» de horário, com horas bem distribuídas entre os mais *dísparos interesses*. Não. É preciso que, em qualquer «arrumação», o maior número de horas seja consagrado ao estudo. É preciso que se saiba utilizar o tempo não só a «aprender coisas», mas a *repensar o que se lê nos livros, a dar-lhe forma pessoal, a integrar tudo numa concepção certa e original do mundo, da vida, dos seres...* É preciso que em todas as ocasiões e em todas as circunstâncias e em todos os lugares cada experiência que se vive seja reflectida, assimilada, tornada elemento duma maturidade espiritual que se conquista e se merece.

2. Apesar de centrado na procura da Verdade e sujeito a todas as exigências que um tal caminho implica, o universitário não pode passar os anos da faculdade fechado sobre si próprio.

A Universidade não é só estudo, *formação da inteligência — é também comunidade viva*. Nessa comunidade há um *apelo constante dos outros* (a matéria que se estuda em comum, os apontamentos que se emprestam, os problemas pessoais que se escutam ou pressentem...) E a resposta a esse apelo, na abertura



perante o diálogo que se oferece (quer ele se limite aos problemas académicos quer se estenda à esfera íntima das almas) na generosidade de cada atitude é também *formação* para o universitário, futuro dirigente da sociedade.

Nesta perspectiva, o tempo de formação universitária aparece como um período de maior e mais consciente abertura para os outros. E não vos parece que esta abertura deve ter para nós, universitárias cristãs, um sentido mais fundo que para os colegas indiferentes? Se acreditamos que o teor é o «mandamento novo», medida de todas as coisas, há certeza para nós um dever que passa à *frente de tudo*: a caridade, caridade actuante, viva, a traduzir-se no dia a dia por uma preocupação real pela conversão dos outros.

Disse-vos que no horário do Universitário o maior número de horas de cada dia deve ser consagrado ao estudo. Agora, acrescento que a rigidez dum horário de trabalho tem que ser muitas vezes ultrapassada, porque há um «outro» que precisa de nós.

A vocação do intelectual é, fundamentalmente, uma vocação de serviço. E esse serviço não é qualquer coisa de vago que possa ser adiado para um «depois», que nos dispense de compromissos actuais. Já, agora, nestes primeiros meses de experiência universitária que cada uma de vós está a viver, o espírito de serviço tem que tornar-se realidade, porque só ele renova e dá sentido a todos os esforços por uma coerência de vida.

Entre estes dois pólos, a equação pessoal de «equilíbrio» será para cada um de vós diferente e única. Não é possível apontar uma solução padrão que livre de todas as hesitações as inúmeras «escolhas» que cada dia é preciso fazer.

O *seu* equilíbrio, tem que cada uma procurá-lo na Verdade e Simplicidade

de si própria, conhecendo as dificuldades que pode ou não ter em assimilar a matéria de estudo, tomando em conta a maior ou menor timidez com que estabelece contactos pessoais; procurando vencer as dificuldades que ter em sair de si própria, ou, pelo contrário, acautelando-se contra as tentações de dispersão que constantemente parecem convencê-la de que tem tempo para tudo... Só cada uma pode saber o que é *mais importante* para si. Só cada uma pode descobrir a sua *escala de valores*.

O critério, porém, permanece sempre o mesmo. (É isto que é preciso não esquecer!). Para todos os temperamentos e condições e géneros de vida, há, fundamentalmente duas coisas que contam: o nosso *caminho pessoal* de realização de vocação universitária, e o *caminho através dos outros e com os outros*.

«A vida intelectual é incompatível com todo e qualquer comodismo», dizia-se há anos, numa «Folha da Jucista» à «geração do Iº Congresso da JUC. E perguntava-se:

— «Para quê, leituras mediócras, banais, feitas à toa e sem critério — tempo malbaratado e de que havemos de dar contas?

— Para quê horários de vida superlotados de festas e bailes?

— Para quê conversas e preocupações fúteis, pobres de ideias e de linguagem?

Deixo-vos a pensar se o *equilíbrio* de que andais à procura será compatível com o peso de todos estes nadas, que tantas vezes vos prendem.

E peço convosco ao Menino que vai nascer no Presépio, que vos ensine a simplicidade e a Verdade que Ele próprio incarnou e que vos faça encontrar a «escala de valores», que há-de ser, para cada uma, caminho de santidade.

Com esta entrevista, deseja PRESENÇA, num propósito aliás já concretizado em números anteriores, proporcionar aos seus leitores um contacto tão directo quanto possível com licenciados que trabalham em diversos sectores e a partir daí dar melhor conhecimento, umas vezes do que constitui esse trabalho, outras já do resultado de investigação e estudos.

A Dr.^a Manuela Silva quis desta vez ajudar-nos com a sua colaboração e responder a algumas perguntas postas acerca do trabalho das mulheres, no nosso país.



sobre o trabalho feminino em Portugal

**fala-nos a Dr.^a Maria Manuela Silva, Assistente
dos Serviços de Acção Social do Ministério das
Corporações e Previdência Social**

Presentemente, é muito elevado o número de mulheres que, em Portugal, exercem uma profissão remunerada?

Os dados estatísticos mostram que 70,1 mil mulheres exercem qualquer actividade profissional remunerada, o que equivale a dizer que 23 % do trabalho profissional realizado em Portugal é desempenhado por mulheres. Esta percentagem é sensivelmente a mesma em países como a Itália (22 %), os Estados Unidos (22 %) e a Suécia (23 %); na Áustria, na França, na Alemanha, na Inglaterra, as percentagens são consideravelmente superiores; e são inferiores a 20 % as situações na Bélgica, Holanda, Noruega e Espanha.

É frequente dizer-se que o número das mulheres com trabalho fora do lar é cada vez maior. As estatísticas porém não dão razão aos que assim pensam. Nos últimos 50 anos, em Portugal, como em outros países, tem-se mantido estacionária a percentagem de população feminina com profissão o que, em certa medida, prova a força de alguns factores condicionantes da vida feminina. Dir-se-ia que, perante determinadas condições, se desenvolve uma força centrípeta no sentido da permanência da mulher no lar.

Como se repartem as setecentas mil mulheres pelas diferentes actividades?

A consulta às estatísticas oficiais facultava uma resposta sucinta: 34 % das mulheres ocupam-se na agricultura, 23 % na indústria, 37 % em serviços públicos, pessoais e outros, 5 % no comércio. Em relação ao total de profissionais ocupados em cada um destes sectores, a posição feminina avalia-se pelas seguintes percentagens: na agricultura, 16 %; na indústria, 28 %; nos serviços, 54 % e no comércio 15 %.

Isto é uma classificação por grandes ramos de actividade, apenas. Dentro da indústria, por exemplo, a repartição do trabalho masculino e feminino varia enormemente de uma indústria para outra. Há indústrias em que predomina nitidamente o pessoal feminino. É o caso da têxtil, tabacos, produtos alimentares, cerâmica fina, cortiça, etc. A situação é muito diferente consoante os países, estando correlacionada, quer com o grau de industrialização atingido quer com a mentalidade comum a propósito do trabalho feminino. Compreende-se porquê. A industrialização levada ao mais alto grau vem simplificar as tarefas e reduzir a penosidade das mesmas. Operações que ainda há pouco tempo exigiam grande esforço muscular ou obrigavam a suportar grandes temperaturas são hoje perfeitamente realizadas por máquinas, limitando-se o operário a observá-las e a assegurar o seu funcionamento em boas condições. Mas isto faz-se na maior comodidade, muitas vezes, e sem qualquer esforço particular e permite, portanto, o recrutamento de pessoal feminino.

Por outro lado, o desaparecimento de certos preconceitos proporcionou o acesso da mulher a profissões tradicionalmente desempenhadas por homens. Em certos casos, terá sido um bem, noutras um passo mais numa pseudo igualdade despropositada.

De um modo geral, as mulheres ocupam os postos mais modestos e, conseqüentemente, pior remunerados. Há, talvez, uma excepção a fazer nos chamados empregos de escritório onde os postos vão sendo desempenhados cada vez mais indistintamente por pessoas de ambos os sexos.

Quanto às profissões que exigem grau universitário, a situação não é homogênea; no entanto, de um modo geral, pode afirmar-se, sem receio de exagero, que há uma forte discriminação com desvantagem para as mulheres, designadamente nas profissões que requerem preparação técnica — caso dos engenheiros, economistas e arquitectos — ou naquelas em que são muito densos os preconceitos — em regra, as funções para que se exige curso de direito.

O ensino secundário e certas especialidades dentro da medicina continuam a ser, dentro das carreiras universitárias, aquelas que mais facilmente se abrem às mulheres.

A proibição legal ou simplesmente de facto do acesso da mulher diplomada às diferentes profissões reveste-se — importa dizê-lo — de acentuada injustiça visto não haver quaisquer limitações na admissão à Universidade e exigir-se no decorrer dos cursos exactamente as mesmas provas.

A situação actual não é peculiar do nosso país, mas um tanto generalizada a outros; por isso a Organização das Nações Unidas através de uma comissão especializada está a proceder a um estudo sobre o problema, para o que dirigiu inquéritos a todos os países membros com vista à preparação de um certo encontro internacional, onde a questão será amplamente debatida.

Dentro de cada ramo de actividade, as mulheres procuram, em regra, as profissões que melhor se coadunam com a sua natureza?

As motivações de emprego por parte das mulheres são bem diferentes consoante se trate de diplomadas, de mulheres do meio burguês ou de mulheres dos meios populares, rural, operário e pequena burguesia.

A diplomada move-a, em regra, o desejo de pôr a render os conhecimentos adquiridos no ensino superior, aliado ao gosto pela independência e pela convivência com pessoas do mesmo nível cultural. Em certos casos, contarão também razões de ordem económica.

A mulher do meio burguês procura emprego afinal pelas mesmas razões que ditam todo o seu viver: o amor ao luxo e ao snobismo ou ainda por motivos de capricho em relação à família..

A situação das mulheres dos meios populares é bem diversa; procuram trabalho por uma imperiosa necessidade económica, e só por isso. É porque tem de forçosamente contribuir para o seu sustento e o da sua família que a mulher do meio operário procura o trabalho na fábrica. Só uma pressão forte explica, aliás, as condições tão duras em que decorre a sua vida, mormente quando tem a responsabilidade da casa e dos filhos, e leva por isso um ano atrás de outro com 5 e 6 horas de sono e 16 horas de trabalho por dia.

É certo que a jovem do meio operário que começa a trabalhar pelos 12-14 anos, mal deixa a instrução primária, tem já atrás de si uma tradição de família toda feita de desencanto no trabalho, de injustiça sofrida caladamente, de excessivo cansaço físico, de desinteresse profissional muitas vezes, de dureza de vida quase sempre, o que é, de certo modo, um amortecedor dos seus possíveis e compreensíveis choques com o trabalho industrial e todas as condições que este postula na situação presente.

Aceita-o, pois, não sem reacção interior viva e profundamente dolorosa, tantas vezes, mas como quem aceita uma doença hereditária, como um mal, mas um mal inevitável.

E, na verdade, é realmente um mal que por seus próprios meios se mostra inevitável. Não pode a jovem dos meios populares — e mais concretamente do meio operário — suportar as demoras de uma escolha de profissão mais criteriosa nem tão pouco dispõe de recursos que assegurem a preparação profissional adequada a carreiras para ela mais interessantes.

Por todas estas razões, é muito frequente encontrar mesmo em operárias adultas um desejo sincero de vir a desempenhar outras profissões. Ainda não há muito, ao realizar um curso de formação familiar, teve ocasião de observar que mulheres, com mais de trinta anos, estavam interessadas em aprender enfermagem ou em seguir profissões de costura e que não hesitariam em mudar de profissão caso tivessem meios de o fazer. Outras gostariam de ter sido professoras primárias ou empregadas de escritório.

Com esta análise está afinal esboçada a resposta à pergunta formulada.

Excepção feita a algumas diplomadas e raparigas da burguesia que entram nas chamadas profissões de serviço (enfermeiras, puericultoras, assistentes sociais) animadas de um ideal de serviço e dedicação à pessoa e, portanto, se situam dentro da linha vocacional da Mulher, não se encontra, na generalidade, a preocupação de harmonizar a escolha da profissão com a missão feminina. Nuns casos por ignorância ou mediocridade de vida; noutros, principalmente, devido a fortes pressões de natureza económica a sobrelevarem quaisquer outras motivações.

A este propósito, julgo que seria muito importante — e tarefa para caber a diplomadas — a criação de um serviço de orientação profissional de raparigas de todos os meios, ao qual competiria, por um lado, dar a conhecer entre as jovens as possibilidades de acesso às várias profissões consideradas mais adaptadas à missão da mulher e, por outro lado, proporcionar às que o necessitassem meios de obterem a preparação adequada para o desempenho da profissão que verdadeiramente correspondesse às suas inclinações pessoais.



Não, não vou reduzir o tema deste artigo a uma resposta categórica de «sim» ou «não». Não posso, tal como os conservadores de há 50 anos (e de hoje...) tornar *a mulher e a técnica* dois termos incompatíveis, sem relação possível. Mas não posso tão pouco, com os feministas exaltados, dizer que a mulher *deve* fatalmente entrar no mundo técnico.

Entre estas duas posições extremas, tomadas muitas vezes por sentimento ou rotina, há uma gama quase infinita de soluções, de possibilidades... e de controvérsias! Não há soluções feitas, definitivas, uniformes, que se apliquem indistintamente a todas as mulheres e em todas as circunstâncias. Há, sim, princípios de base (*a vocação da Mulher e a sua missão no mundo*, por um lado, e *a filosofia da técnica e a sua realização prática*, por outro) que nos permitem definir algumas linhas de força. Depois, cada caso concreto há-de ser visto no campo dessas linhas de força, mas com a singularidade dum caso único. É que, ao entrar em cena a pessoa humana real, concreta, não são só as leis fundamentais que estão em jogo. É também o mistério insondável de cada vocação, o diálogo que se processa constantemente entre cada alma e Deus. É da justeza de cada decisão e do equilíbrio de cada caminho e da fe-

cundidade de cada vida, só Deus pode julgar.

Uma vocação ao amor num mundo que o não possui

Talvez que a vocação essencial da Mulher possa resumir-se numa simples atitude — a vocação do amor. É claro que é vocação comum a todo o ser humano, a todo o cristão especialmente. Mas à Mulher cabe vivê-la, irradiá-la, torná-la apetecida.

Num mundo dividido por ódios, disputas, rivalidades, é preciso quem estabeleça laços fraternos entre os homens. Numa sociedade em que a maioria procura bastar-se a si própria, indiferente às necessidades alheias, é preciso quem se dê a cada pessoa. Numa vida de ritmo alucinante, de dispersão agitada, é preciso quem unifique na serenidade, quem dê sentido a cada coisa, quem encontre a razão última de tudo.

Esta vocação ao amor não é mera figura literária. Para a Mulher, indica-lhe um caminho que, se é terço da sociedade dos homens, é também fonte de realização pessoal, de plenitude humana, de alegria pelo destino cumprido. Creio poder definir esse caminho em três linhas fundamentais:

- a vivência apaixonada dos valores religiosos
- o respeito actuante pela suprema dignidade da pessoa humana
- a restauração, entre os homens, de verdadeiras comunidades de amor

Ora são estes precisamente os aspectos da vida humana que o desenvolvimento da técnica no nosso tempo tem comprometido. Como acentuou Pio XII na Mensagem de Natal de 1953, «a técnica moderna, com o seu múltiplo emprego, a absoluta confiança que suscita, as inexauríveis possibilidades que promete, desenvolve, em torno do homem contemporâneo, visão tão

Profissões técnicas

para
Mulheres



vasta que leva muitos a confundi-la com o próprio infinito».

Não é que a técnica faça profissão de ateísmo, mas... facilmente conduz os homens a um alheamento prático de Deus, à substituição dos valores essenciais do ser (a vida interior, o mundo da graça e do amor) pela evidência dos resultados materiais, sejam eles novas descobertas ou maiores possibilidades económicas. Julga então trabalhar para o bem do homem mas sacrifica-o ao progresso, à economia ou ao homem das gerações futuras. Frustrado nas suas aspirações mais legítimas ou perdido numa cadeia de produção de que não percebe o sentido, o homem cria então complexos, alimenta ódios, estabelece barreiras, envolve-se em pequenas lutas e intrigas que lhe envenenam a vida e que o impedem de se sentir *um* com os outros homens.

Não parece a técnica apelar justamente para a Mulher? Não parece então evidente que a Mulher não só pode como deve dar ao mundo da técnica o sentido de Deus, da pessoa humana, da comunidade — que lhe falta? Mas *como?*

A mulher não bastam números, fórmulas, máquinas...

A primeira possibilidade que se abre é a da presença da Mulher no próprio mundo da técnica, exercendo uma profissão tipicamente técnica — penso na operária de indústria mecânica ou química e na engenheira de qualquer ramo.

Aí a mulher pode em teoria ser apelo dos valores espirituais, pode procurar o diálogo humano e ajudar a tornar possível o encontro entre os homens. É-o algumas vezes também na prática. Mas quase sempre ela é tomada, absorvida, pelo ritmo, pela «linguagem», super-masculinizados, do ambiente técnico. Insensivelmente habitua-se à mesma luta, ao mesmo frenesim... Gasta-se então a viver uma vida que não

é a sua. É que a Mulher, para ser fiel à sua vocação de amor, necessita de a exprimir, de lhe dar um sentido concreto, de trabalhar directamente com as pessoas, para as pessoas. Não lhe bastam números, fórmulas, edifícios, máquinas. O seu campo de acção é mais profundo e mais vasto — toma raízes naqueles sectores onde se cria e se desenvolve a vida, na intimidade do coração humano. (Eu sei que muitas vezes nós, mulheres do século XX, gostamos de ignorar esse apelo, mas, cedo ou tarde, pelos caminhos da graça ou pelos conselhos dos psiquiatras, acabamos por descobrir que a Mulher tem um coração que é feito para se dar...).

Não refiro aqui unicamente uma opinião pessoal. A euforia que caracteriza a entrada da Mulher no mundo técnico (procurada fundamentalmente como conquista de direitos e não como serviço da sociedade ou realização plena da própria Mulher) sucede-se no nosso tempo uma atitude de reserva. São as experiências extremas de Simone Weil e Michèle Aumont que, referindo-se à situação psicológica difícil da maioria das operárias da indústria metalúrgica, não hesita em dizer: «Quel drame atroce que tant de femmes en soient arrivées là! Au coeur du monde, n'est-ce pas une bien grande catastrophe?... Une catastrophe pire que la plus sanglante des guerres, mais une catastrophe quotidienne et silencieuse, dont on n'a peut-être pas conscience... C'est dans le banal de l'existence que se tissent cependant, jour après jour, cette «perte» de la femme, cette déshumanisation, cette mort à elle-même et à sa vocation propre.» (Femmes en usine, pg. 130). São os artigos frequentes nas revistas técnicas, estudando as condições da presença da Mulher em tal ou tal tipo de indústria e revelando quase sempre a desadaptação psicológica da Mulher ao trabalho técnico. São os inquéritos conduzidos entre mulheres do mundo técnico, mostrando que nele não encontram uma expressão adequada para a sua realização pessoal. É a

Fundação Cuidar o Futuro



pequeníssima percentagem de mulheres que exercem profissões técnicas de nível universitário nos países onde a promoção social da Mulher se realizou há muito e onde o desenvolvimento técnico é maior.

Eu sei que estamos ainda num século de profundas transformações sociológicas e que o lugar da Mulher no mundo está longe de uma definição completa... Mas na situação actual não me parece possível, na grande maioria dos casos, uma realização plena e feliz para a Mulher através de uma profissão técnica.

Significa esta afirmação uma exclusão absoluta da Mulher da técnica? Evidentemente que não. Há hoje toda uma evolução do mundo industrial na linha dos valores humanos. Nascida embora de uma preocupação de produtividade, essa evolução abre um caminho novo onde a mulher com profissão técnica tem uma missão única a

cumprir. Pode então, no pleno conhecimento dos problemas técnicos, da sua terminologia e condicionalismo próprios, afirmar praticamente o valor fundamental da pessoa e contribuir decisivamente para que se restaure a comunidade humana ao nível da equipa de trabalho, do departamento ou da empresa. Não pode, porém, realizar essa missão sem um profundo sentido de serviço.

Aqui, mais ainda do que em qualquer outro sector, a ideia corrente de «emprego» significa fatalmente cristalização pessoal, masculinização a longo prazo, empobrecimento espiritual. Só na perspectiva dum grande ideal de serviço e na fecundidade que vem de uma intensa vida de união com Deus é possível à mulher do mundo técnico ser fiel à sua vocação própria.

No exercício desta missão, encontram-se no mundo técnico a mulher de carreira técnica e a mulher que tiver seguido uma das chamadas «profissões de serviço». Ambas são chamadas a dar à técnica a dimensão humana de que ela precisa para ser instrumento de redenção do homem e não caminho da sua degradação.

Fundação Cuidar o Futuro

É no seu caminho próprio que a Mulher contribui para a Redenção da técnica.

Eu creio ainda que a mais importante acção da Mulher em relação à técnica se exerce *fora* da técnica! E explico esta afirmação paradoxal.

A técnica não é uma entidade abstracta. São homens que a constituem, que lhe dão vida, que lhe imprimem a fisionomia das suas próprias convicções e atitudes morais. E são estes homens que se deixam deslumbrar pelos conceitos de eficácia, pelas formas ou valores materiais que eles próprios criaram, que se desprezam ou se ignoram.

Estes homens são, por seu turno, fruto das acções e ligações das forças diferentes que actuam nos numerosíssimos planos em



A mais importante acção da Mulher em relação à técnica exerce-se fora de técnica



que eles se movimentam. A família e a escola, o cinema e a imprensa, a nação e a paróquia, o círculo cultural e as associações sociais — são exemplos desses planos que modelam, transformam, vinculam a personalidade humana. É aí que o homem «respira» os valores espirituais ou se envolve na teia materialista do prestígio, do poder, do dinheiro. É aí, nos sacrifícios e renúncias que exige a vida de família, nos encontros humanos feitos em plena liberdade com gente de outros meios e outras mentalidades, na riqueza e no valor de cada novo encontro humano que lhe é revelado na escola ou através da literatura — é aí que o homem aprende a reconhecer o «outro», a sentir o peso e a justiça dos direitos alheios. É aí que o homem aprende o sentido da comunidade humana.

Ora a mulher tem em alguns destes planos um papel decisivo. Eles constituem o seu terreno próprio, onde o seu lugar é insubstituível, onde a função social que realiza é ao mesmo tempo condição segura da sua felicidade pessoal. Na família, na escola, na cultura, na actividade social, a mulher pode ser completamente ela mesma, sem quaisquer limites ou mutilações.

Educa, transmite valores espirituais — os grandes, sólidos valores permanentes em que assenta uma civilização. Incarna as ideias no tempo, no concreto, no quotidiano; propaga-as em círculos amplos de tempo e de lugar; transforma-as em costumes e em tradições vivas.

Vivendo pessoalmente numa forma mais perfeita a sua vocação específica, a mulher cria no mundo uma grande força de amor, de dom de si, de generosidade desinteressada, de busca dos valores do espírito.

É esta força que se opõe, no seio da comunidade humana, às tentações que a técnica traz consigo, e que acabará por penetrar o próprio mundo técnico. Faz e um polo da técnica sempre na fronteira do tecnicismo, fomentador de valores masculinos le-



O campo de acção da mulher toma raízes nos sectores onde se cria e desenvolve a vida

Fundação Cuidar o Futuro

vados ao extremo, a mulher cria, no caminho que é o seu, um polo de valores espirituais em que Deus se a pessoa humana não são abstrações, mas realidades vivas.

Aliás, todo o problema da mulher e da técnica é insolúvel se for equacionado unicamente com os dados elementares do nosso comodismo ou rotina, da lei da imitação ou da ignorância da vocação própria da mulher. Mesmo a introdução dum parâmetro de generosidade natural ou de um certo jeito para a actividade técnica não resolve o problema. É necessário introduzir uma variável que muda tudo: o amor de Deus que nos dá a vida e todos os dons para sermos instrumentos da conversão do mundo.

MARIA DE LOURDES PINTASILGO



DÚVIDAS SOBRE BÍBLIA

Secção dirigida pelo Cónego Gregório Neves

Quais as diferenças que distinguem as edições protestantes da Bíblia em relação às edições autênticas?

Podem começar por apontar-se, em síntese, duas ordens de diferenças:

1. — *Divergências nos próprios textos* (desde certas, embora raras, modificações, até à supressão de livros inteiros). Desde a edição em língua vulgar apresentada por Lutero, numerosas edições protestantes têm mostrado, em maior ou menor grau, conforme as seitas, diferenças desse género em relação ao texto autêntico da Sagrada Escritura, com o objectivo de documentar assim as suas divergências doutrinais em relação à Fé Católica. Citemos por exemplo, o caso de sete livros do Antigo Testamento, conhecidos pela designação de deutero-canónicos, que no geral as edições de origem protestante não inserem. (Assim, enquanto as edições aprovadas pela Igreja apresentam 46 livros no Antigo Testamento, as edições protestantes, pelo menos até ao presente, incluem 39). A aceitação desses livros como inspirados e fazendo parte da Sagrada Escritura foi porém confirmada (a aceitação propriamente dita, vem de Jesus e dos Apóstolos — canone) no concílio de Trento, e o seu valor, idêntico ao dos restantes, não oferece para a Igreja qualquer dúvida; a designação que os distingue dos outros (chamados protocanónicos), deriva de não terem os primeiros sido aceites de início em todas as Crístandades, sem certa controvérsia, que sérios estudos posteriores desfizeram — ao passo que os restantes livros foram aceites por unanimidade como inspirados.

2. — *Ausência, em muitas edições protestantes, de notas de explicação, baseadas no ensino do Magistério da Igreja, em relação às passagens difíceis dos textos da Sagrada Escritura* (em algumas edições modernas protestantes, presença de notas que às vezes alteram o sentido autêntico, por apresentarem, interpretações manifestamente falseadas com o fim de servirem as teses doutrinais do protestantismo).

A ausência de notas, em traduções em língua vulgar, baseia-se na doutrina do «livre exame», já defendida por Lutero e segundo a qual todo o fiel poderia ter a assistência directa do Espírito Santo para interpretar por si os textos sagrados. Esta doutrina está afinal na base das divergências que apresentam entre si as próprias seitas protestantes

— divergências que mostram já de si a inconsistência dela — e é condenada pela Igreja, a cuja autoridade (e não ao arbitrio de qualquer pessoa bem ou mal intencionada, bem ou mal esclarecida) exclusivamente compete — assistida pelo Espírito Santo no exercício do seu Magistério — não só estabelecer a autenticidade dos textos da Bíblia, que reconhece como inspirados, mas também interpretá-los, à luz da Verdade revelada, as passagens obscuras. — Não deixe de notar-se que a Igreja emprega aí todos os meios lícitos e adequados que as ciências humanas podem trazer para a satisfação das difíceis exigências desse trabalho de exegese, cuja eficácia é, porém, para além de tudo, garantida pela assistência do Espírito Santo à Igreja na salvaguarda de todo o depósito da Revelação.

Por este motivo — e também porque a primeira «regra de fidei» apontada tem, hoje em dia, em grande parte, apenas interesse histórico, uma vez que aparecem actualmente muitas edições de origem protestante cujos textos não diferem em coisa alguma dos textos autênticos, ou apresentam diferenças subtis que só poderá entender quem conheça profundamente a Sagrada Escritura — a primeira verificação que deve fazer-se, em face de qualquer edição da Bíblia, é a da presença ou ausência do «imprimatur» que revela a aprovação directa da Igreja para essa edição e sanciona imediatamente a sua autenticidade. (Note-se que não basta encontrar, numa determinada edição, a simples referência à aprovação de uma edição anterior que essa afirme reproduzir — como já tem sucedido na apresentação de edições da Bíblia que são, afinal, de origem heterodoxa). É importa saber que a Igreja — como claramente se compreende por causa da integridade da Fé e da salvação das almas, que lhe compete zelar por todos os meios — proíbe, segundo o Código de Direito Canónico, sob pecado grave, «ler, editar, reter, vender, traduzir, ou comunicar de qualquer modo a outra pessoa... as edições de texto original e das antigas versões católicas da Sagrada Escritura publicadas por qualquer não-católico; do mesmo modo, as versões em qualquer língua, feitas ou editadas pelos mesmos».

(Maria Celeste Vaz de Sousa)



Devem ser interpretados como objectivos todos os pormenores referentes à criação do mundo e do homem, nos primeiros capítulos do Génesis?

Não podemos deixar de considerá-los no seu sentido literal e histórico os factos, em si mesmos, da criação do mundo e dos homens.

O problema poderá pôr-se apenas em relação à forma como estes são narrados.

Há certas expressões que podem chocar-nos por impróprias; certos pormenores são conformes ao que o progresso da ciência tem revelado.

A verdade, porém, é que um texto destes não pode ser apreciado fragmentadamente, mas todo o conjunto deve ser considerado.

Assim se entende como as particularidades são reveladoras de uma intenção de fundo, e como esta se exprime necessariamente em função dos meios materiais, intelectuais, artísticos, e religiosos de uma certa época. Assim diferem os géneros, a partir da intenção de fundo e dos meios de que nos servimos.

«Os géneros têm a sua arquitectura, as suas regras, o seu poder expressivo. Reflectem a alma de um lugar e de um certo tempo com a sua linguagem, a sua herança literária, as suas instituições, e as suas crenças, as suas provações e as suas esperanças».

Esta questão dos géneros literários é extremamente importante no estudo da Bíblia e felicitamo-nos pelo facto de ela ter sido formulada, porque certamente irá ajudar a esclarecer muitos leitores. Diz Pio XII: «Nas palavras e escritos dos antigos autores orientais, frequentemente não é tão claro, como nos escritores nossos contemporâneos, qual é o sentido literal. Porque nem as leis da Gramática e da Filologia, nem mesmo o contexto, determinam por si sós o que eles quiseram significar com as suas palavras; é imprescindível... que se distinga e veja claro que género literário quiseram empregar e de facto empregaram os Escritores daquela idade: porque os antigos orientais, para exprimir o que tinham na mente... empregavam as formas e modos de dizer que corriam entre os seus contemporâneos». Pio XII, Encíclica «Divino Afflante».

Exactamente dentro do estudo dos géneros na Bíblia, toma um lugar especial o dos três primeiros capítulos do Génesis pelo seu interesse doutrinal.

«A história primitiva, a história das origens é contada nos 11 primeiros capítulos do Génesis. É feita de elementos provenientes de vários documentos, e o autor inspirado que os reuniu apresenta-os como um prefácio à história dos patriarcas e das doze tribus».

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que o seu objectivo fundamental é dar um ensinamento doutrinal de grande alcance.

A criação do nada, a felicidade original do homem, a queda e as suas consequências, o dilúvio,

a confusão das línguas são pormenores que manifestam o poder, a sabedoria, a santidade e a misericórdia divinas e por outro lado marcam balizas à vida do homem sobre a Terra e implicam a condição presente de todo o homem.

Estas verdades são factos ou estão ligados essencialmente a factos basilares da História religiosa da humanidade; por isso na Bíblia são contados com a mesma gravidade, a mesma autoridade, que toda a história subsequente e portanto impondo-se à nossa crença. Mas, ressalvada a verdade histórica que está na origem, não quer dizer que, ao traduzi-la, em descrições mais ou menos de feição popular, o Autor inspirado não use uma grande parte de artifício literário.

Diferentes são ainda as narrativas consoante a sua origem: esquemática e ordenada a do texto chamado documento *sacerdotal* (cap. 1-2, 4); de uma apresentação também progressiva dos factos, mas de carácter literário e psicológico, a testemunhar um sentido artístico admirável o documento *Javeista*. Neste último as imagens abundam, os símbolos (árvore de ciência, do bem... etc.) os antropomorfismos, são frequentíssimos.

Claro que assim há várias expressões que não devem ser tomadas em sentido literal próprio, pois se reconhece que algumas são empregadas em sentido metafórico, translato.

Por outro lado, como também o autor sagrado do 1.º cap. do Génesis não teve como fim dar um ensinamento científico sobre a constituição íntima das coisas visíveis e da ordem completa da Criação, mas antes fornecer uma narrativa popular, conforme a linguagem corrente dos seus contemporâneos, adaptada aos seus sentimentos e inteligência, não devemos procurar na interpretação a precisão da linguagem científica.

Para além destas limitações, o fundo do que é narrado é proposto à nossa crença.

Deixando de lado questões de pormenor, o nosso espírito deve ir através da leitura destes capítulos, ao encontro da realidade profunda que contém — a do Deus vivo, que num acto de Amor criou o mundo e o homem num estado único de felicidade, do Deus que fala com os homens «que pela sua má vontade contradizem continuamente os seus propósitos de salvação».

Entretanto Ele não deixa de se afirmar Senhor absoluto do universo e da história segundo o plano pré-concebido. Ele leva-a ao seu termo e assim faz conhecer com a sua sabedoria e santidade, as profundidades da Sua misericórdia.

(Eduarda Cruzeiro)



Quem são as

Auxiliares Femininas Internacionais Católicas

Não tenhamos dúvidas: a tarefa missionária da Igreja está apenas começada. Nós — isto é os católicos — ainda não somos mais que um pequeno rebanho no meio do mundo.

Imaginemos, por momentos, que alguns monges budistas vieram para Portugal, na intenção de converter o país à sua religião.

Suponhamos que, ao cabo de alguns anos de esforços, eles conseguiram construir dois ou três pagodes. De tipo asiático muito marcado, com as suas vestes emolduradas, produziriam sempre a mesma curiosidade. Se tivessem conseguido converter duas ou três dezenas de milhares de portugueses, estes iriam prestar culto no pagode, numa língua desconhecida. Poderia dizer-se que Portugal se tinha tornado em país budista?

Ora, é este, pouco mais ou menos, o estado em que se encontra a Igreja no conjunto do mundo. A Europa — que apelidamos de católica — não é mais que uma pequeníssima península, é preciso que o reconheçamos. E o catolicismo deve parecer tão exótico, os olhos de uma povoação de África ou da Ásia, como o budismo que imaginámos em Portugal.

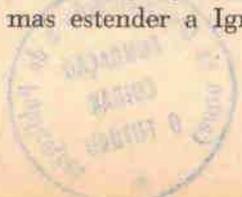
Este exemplo, talvez um pouco simplista, faz-nos compreender, claramente, que a finalidade da missão não é, em primeiro lugar, fazer crescer o número de cristãos baptizando pessoas, mas estender a Igreja

universal nas suas próprias estruturas, fundar Igrejas «particulares» que possam viver sua vida própria, com todas as características locais.

É este um dos principais problemas da missão. Por isso, o famoso missionário da China, o P.^o Lebbe, se empenhava tanto na sacração de bispos chineses; por isso, também, ele queria ser chinês entre os chineses — como Cristo era homem entre os homens — ; por isso, ele preferia, na China, igrejas no estilo local em vez de igrejas



Reparigas de todos os continentes unidas numa amizade profunda



góticas; por isso, criou jornais católicos chineses, ele próprio estudou o pensamento chinês e se tornou um letrado que bem podia descender de um mandarim!

É nesta linha que a acção das A.F.I.C. pretende inserir-se. Fundadas em 1937, sob a inspiração do P.^o Vincent Lebbe, as A.F.I.C. estão à disposição da Hierarquia local, em terra de missão. Não fundam obras suas, mas no exercício da sua profissão, colaboram nas da Igreja e do país que adoptam.

Adoptam o mais profundamente possível a língua, os costumes, as formas de vida e de pensamento do povo, no meio do qual trabalham.

Todo o seu esforço se exerce no sentido de colaborar eficazmente na rápida formação de um laicado autóctone, consciente das suas responsabilidades próprias e pronto a assumi-las.

Ainda que as Auxiliares Femininas Internacionais Católicas sejam — e queiram continuar a ser — plenamente leigas, para serem todas para todos, em todos os meios, comprometem-se, contudo, para a vida inteira, consagrando totalmente a sua pessoa a Deus. A inserção completa que querem realizar no povo, no meio do qual vivem, exige, de resto, um dom total.

«Apóstolos assim, não se improvisam», dizia Pio XII, falando dos colaboradores leigos dos pastores, na sua última encíclica «Fidei Donum». E o Santo Padre acrescentava: Muitas vezes eles faltam, e contudo a tarefa é urgente, se não quisermos perder a confiança de uma *élite* que cresce...

É devido à verdade dizer-se que o trabalho a fazer neste domínio é ainda imenso. Por isso a Sociedade das A.F.I.C. dá tanta importância à formação dos seus membros, que deseja sejam cada vez mais numerosos. Há a preparação profissional e intelectual, é claro; mas há, também, uma séria formação espiritual de dois anos, pelo menos, num Instituto da Sociedade.

Unidas por uma amizade recíproca, as A.F.I.C. vivem em equipas compostas por



Uma grande exigência na formação pessoal

membros de nacionalidades diferentes, dando assim um testemunho da catolicidade da Igreja. Mais que uma amizade, de resto bem real, o que as une, é a união profunda em Cristo ressuscitado, participando na vida litúrgica e sacramental da Igreja e esforçando-se por viver os três princípios sobre que gostam de meditar: renúncia total, caridade autêntica, alegria constante.

A Sociedade, ainda com poucos anos, tomou rapidamente uma grande extensão: conta actualmente raparigas de mais de 20 nacionalidades dos 5 continentes; rapidamente, ultrapassaram a centena, depois as duas centenas, e caminham decidida e alegremente para as três.

Exemplos do seu trabalho? Lares sociais e colaboração na promoção da mulher em tal e tal centro extraordinário de África, professorado até à Universidade, como na Formosa, trabalho médico no Próximo Oriente, ou ainda catecumenato, educação de adultos, etc., sem esquecer o acolhimento dos estudantes do Ultramar em Paris, Roma, Chicago, etc.

A Sociedade tomou rapidamente grande extensão, dizíamos acima. Mas que tão trezentas raparigas para tantas necessidades? Rezem connosco ao Senhor da messe, para que Ele envie mais operários para os seus campos!

VIOLET NEVILLE

(Vice-presidente das AFIC)



ARTES

O Tachisme e a pintura de hoje

por José Escada

1 — O TACHISME E A LIBERDADE FORMAL

Actualmente a pintura oferece uma tal vastidão de caminhos, que não erramos, se dissermos que há o perigo de se morrer de liberdade.

De facto, mesmo dentro do abstraccionismo, as mais variadas tendências se impõem desde um Dubuffet, ou de um Appel, a um Sam Francis, um Burri, ou um Tapies, quer dizer, desde linguagens que se filiam numa expressionismo abstracto, até às que tocam os limites da figuração como é o caso de Dubuffet, ou de Nicolas de Stael, ou ainda por exemplo, de um Birolli.

Todas estas tendências usam a seu modo da enorme experiência formal realizada nestes últimos cinquenta anos, e do uso dessa experiência lhes vem a sua modernidade.

Porém, o que parece querer afirmar-se como a mais representativa dessa modernidade, é aquela que se designa de «tachisme» termo cuja origem está na palavra «tache» (pincelada) e que é tão imprópria como já foram todas as suas antecedentes, cubismo, abstraccionismo, fauvismo, etc.; são palavras do calão jornalístico que ficam, à falta de outras melhores, por uma necessidade de arrumação.

Ora vejamos, o que caracteriza esta nova corrente que aliás já tem imensas divisões, todas terminadas em «isme»,

que por uma economia de papel e de tempo, me dispense de citar.

Pincelada vizível e valendo quase sempre como objecto do quadro, matéria procurada umas vezes, outras a tinta exactamente como sai do tubo, composição caótica e de espírito quase sempre exacerbado e expressionista. Estas são as grandes linhas a que obedece o «tachisme» nos quadros de alguns dos seus mais dignos representantes, tais como Wols, Mathieu, Pollock, Riopelle, etc.

Podia-se em resumo afirmar que o que estes pintores procuram no seu desejo impetuoso, é o «primitivamente puro», é a pureza do original gesto criador; porém fazendo-o desligados da realidade que nos cerca, prolongam a actual crise de subjectivismo em que a pintura caiu, e adiam indefinidamente a possibilidade de uma pintura mais objectiva e menos romântica, pela qual todos esperam.

A pintura como afirmava Maurice Denis continua a ser muito mais do que um cavalo de batalha, ou uma mulher nua, um conjunto de tons sobre uma superfície, e ordenados segundo certa ordem, porém também continua, ou deve continuar a ser, o resultado de uma «contemplação» e de uma vivência do mundo que conhecemos sob pena de se esterilizarem as fontes criadoras e de se cair no mais radical esgotamento.

Aliás, as confissões puristas como



esta de Maurice Denis, foram necessárias, quando se estava no começo de uma libertação, hoje, à distância, e com os caminhos todos abertos, elas precisam por vezes de algumas correcções, sobretudo no campo prático, em que cada vez mais se sente a necessidade de um «engagement» e de uma resposta a problemas que se levantam, quando a pintura é chamada a colaborar com a arquitectura por exemplo, e quando graves dificuldades surgem em relação ao prestígio e aceitação da arte actual junto do grande público.

2 — O USO DE MATERIAIS NÃO-TRADICIONAIS

No número anterior desta revista tive oportunidade de ler uma nota da sr.^a professora Maria de Lurdes Belchior, sobre a bienal de S. Paulo que a propósito da pintura presente numa bienal mostrava certa estranheza e discordância, pelo uso que reparou, muitos pintores fazerem, de materiais não-tradicionais.

Vou aproveitar referir-me a esse aspecto pois já durante a exposição da pintura espanhola no S. N. I., a propósito de alguns quadros expostos, ouvi bastantes comentários discordantes que denotavam uma grande confusão sobre o assunto, o qual me parece se não justifica.

De facto, esse uso de materiais não-tradicionais em si mesmo nada tem de aprovável ou de condenável, pois todo o problema está no resultado que com esse uso se obtém.

Os dadaístas e cubistas foram os primeiros a usá-los, Marcel Duchamp, Schwitters, o nosso Sousa Cardoso, fizeram coisas notáveis usando bocados de vidro, de espelho, incluindo nos quadros bilhetes do metro, bocados de jornal, etc.

São conhecidíssimas também as colagens de Braque, Picasso, Léger, com pa-

péis de parede, imitações de madeira, etc. que quase sempre, ao mesmo tempo que tinha um valor plástico, tinham um valor simbólico, afectivo e altamente expressivo.

Hoje esse uso continua, e ainda em muitos trabalhos de Bissière teve um resultado brilhante há bem poucos anos. Gostaria pois de acrescentar que o uso de materiais não-tradicionais, sempre que seja feito em função de ideias autênticas e por processos pictóricos, isto é em superfície e em cor, não pode ser condenável porque até está apoiado numa pequena mas significativa tradição.

Se fôr usado, como também já se tem visto, apenas para inovar e obter resultados alheios à pintura, efeitos de volume de publicidade, etc. isso claro que é condenável; mas a condenação está à vista nos próprios quadros, como é natural.

É claro que em relação à tal crise de super-subjectivismo, a que me referia, essas experiências e recursos distraem fatalmente do problema principal que é um problema de espírito e não de técnicas.

O que hoje é necessário e cada vez mais importante é imprimir um sentido a essas técnicas, integrando-as numa visão humanística e portanto numa pintura mais objectiva e incarnada. E pensamos que esse esforço a ser feito pela pintura de hoje, em nada colide com a liberdade formal que se obteve, pois não é impunemente que se vêem as obras nascidas em cinquenta anos de arte livre.



autores de sempre

Pitagorismo

É difícil precisar em que tempo viveu Pitágoras porque as fontes são tanto mais pormenorizadas quanto mais tardias. Pela sua doutrina parece que teria tido contacto com os órficos e com os filósofos iónicos. Segundo a tradição teria nascido em Samos, Iónia, cerca de 570 a. C., e ter-se-ia deslocado mais tarde para a Magna Grécia, Crotona, por motivos políticos. Aí iniciou o movimento pitagórico organizado, «uma espécie de comunidade religiosa cujos membros viviam juntos e partilhavam os seus bens» (Sinclair), «obedecendo a uma regra severa» (Zafirópulo). Depois da morte de Pitágoras, essa confraria foi extinta, provavelmente por motivos políticos, e os Pitagóricos dispersaram-se pelo mundo grego, constituindo novas confrarias. O Pitagorismo durou assim até ao séc. III d. C., tendo sido no séc. IV a. C. muito apreciado por Platão.

Na organização das confrarias havia graus entre os membros, segundo alguns autores, consoante estavam mais ou menos iniciados na doutrina. Aos mais iniciados chamavam «mathematikoi», aos menos «akousmatikoi». Os primeiros porque se dedicavam às «mathémata»,

estudos; os segundos porque ouviam, visto que o ensino (a iniciação) era feito oralmente, sendo os «alunos» obrigados ao sigilo, para que o ensino fosse limitado a um escol, que tinha de pertencer à «escola» para aprender, e dentro desta, diferenciado segundo o grau de adiantamento e capacidade de cada um. Por outro lado, os «akousmatikoi» estavam ainda ligados aos «mathematikoi» pelo género de vida que levavam, pois a iniciação não se referia só à aprendizagem intelectual, mas também à conduta.

Os Pitagóricos acreditavam, tal como os órficos, na imortalidade da alma. A alma vivia neste mundo encerrada num corpo mortal, limitada e impura. Por necessidade de justiça não poderia fundir-se, nesse estado, com a alma do mundo, ou Harmonia divina, mas teria que se purificar, o que conseguiria por um esforço consciente, auto-responsável, por meio de práticas catárticas que se dirigiam tanto ao corpo como ao espírito. Para o corpo, interdições no uso de alimentos... Para o espírito, os estudos, através dos quais não só realizavam um esforço de ascese, mas também atingiam um maior conhecimento sobre a pró-

pria Harmonia, sendo instrumentos de compreensão das relações entre as partes e o Todo harmónico, o que era um meio de se purificarem e apressarem a sua fusão com ele mesmo. Enquanto a sua alma não estava purificada, se sobrevinha a morte do corpo, esta transmigrava para outro corpo, segundo o nível de purificação em que a morte a encontrava. Esta doutrina da metempsicose foi também recebida dos órficos.

Uma outra prática catártica que usavam era o exame de consciência que se encontra nos «Versos de Ouro», espécie de catecismo sagrado dos pitagóricos, compilação de mandamentos morais. Acerca do exame diz nos versos 40-44:

«Não permitas que o suave sono se insinue sob os teus olhos, antes de teres examinado cada uma das acções do dia nos três pontos seguintes:

Em que faltei? Que fiz? Que omiti do que devia fazer?

Começa pela primeira até percorrer todas e depois

Se vês que cometeste faltas, censura-te àasperamente; mas se agiste bem alegra-te».

A sua ética caracteriza-se pela ausência de auxílio da parte da divindade; um pitagórico achá-lo-ia indigno de Deus, devido à sua acção vincada de justiça retributiva. Como consequência, a necessidade de o homem tomar plena consciência e responsabilidade dos seus actos.

Como realizariam os estudos de modo a atingir por meio deles a Harmonia divina; a conhecer os caminhos para a libertação da alma do corpo, para que a alma finita, porque encerrada num corpo (cárcere), se libertasse e fundisse na Alma-Harmonia? Para isso usavam o estudo da música. Filolau, um dos Pitagóricos mais importantes (séc. V-IV a. C.), diz que a harmonia é a causa do mundo e equivale a uma oitava, da qual pormenoriza todos os intervalos musicais. Além de ser a melhor expressão da

harmonia humana, e por isso ter um elevado poder catártico, a música tinha a vantagem de se deixar captar numéricamente, o que era extremamente importante para os Pitagóricos, para os quais «sem o número não seria possível que algo fosse conhecido e compreendido» (fr. 4 de Filolau). Por isso se dedicavam também aos estudos aritmo-geométricos, tendo descoberto a identidade entre séries numéricas e séries geométricas (à unidade corresponde a figura geométrica ponto; com dois pontos surge uma linha; com três uma superfície, etc.). Assim «todas as coisas conhecidas têm um número» (fr. 4), que permite exactamente conhecê-las. Por outro lado, todas as grandezas, tanto as aritméticas como as geométricas são compreensíveis a partir dos quatro números elementares, a que chamam «tetrakys», verdade fundamental, a que Filolau chama «omnipotente e divino e princípio e guia comum da vida celeste e humana» (fr. 11). Os aspectos mais diversos das coisas, as mais complicadas composições numéricas dessas coisas podem deduzir-se à «tetrakys». É ainda Filolau que diz que todas as coisas são compostas de limitado e ilimitado (fr. 1) e explica isso por meio do número par e ímpar. Todas as coisas são compostas de par e de ímpar e de par-ímpar. Ora o par é o ilimitado, porque através de duas séries paralelas de pontos pares se pode sempre avançar sem encontrar limite, o que não acontece com duas séries de ímpares onde o último ponto, porque sem par, opõe um limite. A mistura par-ímpar é o uno. Só podemos conhecer as coisas reduzindo-as à unidade, visto que a «tetrakys» começa pelo 1. Ela envolve três princípios fundamentais:

1.º: Princípio de determinação, aplicado na série de números ímpares, ou do limite;

2.º: Princípio de variação, na dos pares ou ilimitados;



3.º: Princípio da mistura, que conjuga os dois princípios anteriores, visto que cada coisa individual não é explicável se não tem uma mistura de ilimitado e limitado.

A mistura tem unidade graças à harmonia. É a harmonia que impede que a mistura se torne variação indeterminada. Ela é «a unidade de uma mistura de vários e o acordo entre discordantes» (fr. 10). É, por isso, a causa do cosmos. (fr. 6). Harmonia que é revelada pela «tetrakys», e que os Pitagóricos pretendiam conhecer para se salvar.

Serviam-se ainda do estudo dos símbolos, porque para eles a palavra era símbolo duma realidade espiritual, que lhe era anterior e causa, portanto também as palavras eram reveladoras da Harmonia divina. Para isso estudavam as etimologias e explicavam-nas por aproximação de sons, p. e. «soma» e «sema» — corpo e túmulo, explicando o significado de uma pela outra.

Usavam todos estes, e outros, estudos, com carácter puramente instrumental, como meios em relação a um fim único: a salvação da alma.

Este aspecto e outros, como por exemplo a sua noção de unidade do saber, por cima da multiplicidade dos estudos a que se entregavam, o valor ascético do estudo, a consciência tão vinculada da sua auto-responsabilidade, o esforço que realizavam comunitariamente para atingir o fim em vista, não podem passar despercebidos à nossa reflexão de cristãs, universitárias, conscientes, responsáveis.

MARIA SILVINA PALMEIRIM, R.S.D.

Bibliografia:

- R. Mondolfo, *El pensamiento antiguo* (pp. 52-73) ed. Losada, Buenos Aires 1952.
J. Zafiropulo, *Anaxagore de Clazomène* (pp. 30-259) ed. Les Belles-Lettres 1948.
T. A. Sinclair, *Histoide de la pensée politique grecque* (pp. 32-35) ed. Payot, 1953.

Nota: Como principal fonte de informação, a exposição ouvida na aula ao Ex.º Sr. Dr. Victor Matos, da Faculdade de Letras de Coimbra.

A Mediação de Maria na doutrina católica

(Continuação da página 7)

errada noção desta prerrogativa, como seja a de tomar a cooperação de Maria na Redenção à maneira de um influxo colateral, meramente justaposto ao influxo de Cristo para o completar... Não se trata de duas mediações mas de um só mediação que é ao mesmo tempo toda de Cristo e toda de Maria, embora por títulos diferentes: ao passo que a Mediação de Cristo é essencial e fundamental, a Mediação de Maria apresenta-se apenas como secundária e subordinada, e mesmo como dispensável, mas querida de facto por Deus, por amável benevolência do Filho para com Sua Mãe e para com toda a humanidade, cuja salvação estava mais que suficientemente garantida pelos Seus méritos infinitos.

Anote-se para terminar que a actividade de Maria como Medianeira se concretizou na sua colaboração com Cristo na Redenção e na distribuição actual das graças da salvação, sendo portanto dois os aspectos que a integram: por um lado, a **mediação de reconciliação** pela cooperação de Maria na constituição da Redenção objectiva como Corredentora junto à Cruz no Calvário (mediação terrestre); e por outro lado, a **mediação de dispensação** pela cooperação de Maria na realização da Redenção subjectiva como distribuidora ou dispenseira de todas as graças adquiridas na Paixão (mediação celeste).

Tal é a doutrina católica a respeito da Mediação de Maria, já tradicional na história do pensamento cristão, mas ultimamente posta em relevo nos documentos do magistério, a ponto de se apresentar já com todas as possibilidades de vir a ser definida como matéria de fé.

Na XII Reunião Anual da Federação Mundial para a Saúde Mental, efectuada em Barcelona, de 30 de Agosto a 4 de Setembro últimos, constituiram-se dezasseis Grupos de Discussão, cada um dos quais se propôs examinar um tema particular. Destinou-se ao III Grupo o estudo de «Valores Espirituais e Higiene Mental».

Não é possível, numa simples nota, fazer um relato circunstanciado sobre os vários pontos discutidos durante esses cinco dias de intensivo trabalho. Limitamo-nos, portanto, a apontar as linhas mais gerais dessas sessões, acrescentando algumas breves informações ou considerações de interesse particular.

Foi consolador observar que a maior parte das pessoas inscritas no III Grupo não se contentou com a discussão de aspectos meramente acidentais, tentando antes dar ao desenvolvimento do tema uma estrutura filosófica e uma orientação profundamente humana e vivencial.

Três foram os focos principais de reflexão: valores espirituais, saúde mental e personalidade. Caminhou-se no sentido de obter uma noção clara destas três realidades e que fosse, ao mesmo tempo, conforme com as mais fundas exigências da natureza humana. Depois, a reflexão recaiu sobre dois valores concretos intimamente ligados à existência do homem: o amor e o sacrifício. Tais foram as grandes linhas de estudo do III Grupo, consideradas num aspecto muito geral.

Tomou-se como ponto de partida uma noção de Saúde Mental que o grupo adoptou, meditou e da qual tirou amplas consequências para o desenvolvimento e valorização da personalidade. A definição foi proposta pelo presidente do Grupo, Professor Dabrowski, médico psiquiatra e director do Instituto de Psiquiatria Infantil da Academia de Ciências de Varsóvia, que há largos anos se tem dedicado aos problemas de Higiene Mental.

Plenamente aceite por todos, essa definição pode traduzir-se nos seguintes termos: aptidão para o homem se desenvolver segundo os fins mais altos até à formação mais perfeita da sua personalidade moral e social. Esta definição integra-se numa concepção do homem aberta às suas mais elevadas aspirações espirituais, revelando-se, por isso mesmo, em plena concordância com as exigências dos valores considerados e as de uma personalidade altamente evoluída.

Nesta perspectiva, põe-se com agudeza o problema de uma pedagogia dos valores que, por um lado, obste a graves erros, infelizmente ainda hoje tão vulgares, e, por isso, esclareça e oriente os educadores (e todos aqueles que de algum modo têm a responsabilidade da integração desses valores na personalidade infantil ou juvenil), preparando a criança e o adolescente em ordem à descoberta e vivência dos mesmos valores.

No aspecto negativo dessa pedagogia, importa denunciar o perigo de impor de fora os valores imanentes ao homem. Só se consegue integrá-los na personalidade por uma apreensão íntima e uma autêntica experiência vivencial, em que desempenham papel essencial, dentro do nível de cada idade, as possibilidades psíquicas e constituição individuais, com as suas tendências, os seus interesses bio-psicológicos, as suas crises e os seus períodos sensíveis. Isto não exclui, antes supõe, um conjunto de factores externos, favoráveis a essa integração. Tais factores constituem o mundo que rodeia a criança — família, escola, grupos infantis, divertimentos e ócios, etc. Todos estes factores incorporam valores nas pessoas, coisas e situações que implicitamente oferecem às crianças. Por isso mesmo, tais factores têm de ser considerados numa pedagogia dos valores espirituais. Esta não é possível, se se limitar a um aspecto isolado, unidimensional da vida da criança. Se é certo que o seu mundo circunstante começa na família e, dentro desta, com o binómio mãe-filho, contudo vai-se alargando sempre mais, numa evolução normal, até à dimensão nacional e supra-nacional. E é, nesta escala infantil, gradualmente crescente e ajustada às suas possibilidades universais, que a criança vai integrando os valores na sua personalidade e vencendo as suas frustrações e as suas crises.

Não nos parece demais acentuar que a criança, antes de compreender os valores espirituais, é capaz de os viver através de um clima concordante, sob forma infantil primária, uma fase pré-valorativa; mas nem por isso é de menor importância como longínqua e necessária preparação para a

posterior descoberta e vivência dos valores apreendidos como tais. Na alegria da expansão das suas forças nascentes, a criança, ao ser posta em contacto com pessoas, situações, estímulos, em que os valores estão incorporados, imita, reproduz espontaneamente, repete com gosto e sem fadiga gestos, palavras e actos integrativos desses valores; ela faz importantes identificações dos portadores de valores consigo mesma e uns com os outros — verdadeiro fundamento genético das futuras valorações. Omitir esta fase inicial da integração dos valores parece-nos grave erro pedagógico, que pode explicar muitos fracassos posteriores e que, pelo menos, deixa grande e basilar lacuna no processo de desenvolvimento e ascensão da personalidade infantil. É certo que recursos individuais e ambientais posteriores podem compensar, de algum modo, essas carências iniciais. Isto não suprime, todavia, o mal que daí resulta, na maior parte dos casos, quer dificultando uma sã integração dos valores espirituais e um profundo amadurecimento da personalidade, quer produzindo desastrosas frustrações e formas reactivas destrutivas da conduta individual, que directa ou indirectamente sempre recaiem na vida social, presente ou futura.

O íntimo encontro entre Valores Espirituais e Saúde Mental abre, pois, largos horizontes, que permitem descortinar uma muito mais profunda cooperação entre os vários meios naturais de valorização e até entre estes e os meios sobrenaturais. E actuando, embora, cada um na sua esfera de acção própria, eles estão todos em harmonia para mostrar ao mundo, cansado de técnicas e paleativos artificiais ou insuficientes, que é fundamentalmente através



do desenvolvimento da personalidade, quando este aponta para os maiores valores espirituais, que o homem se realiza por forma a encontrar a autenticidade da sua existência, a satisfação das aspirações mais fundas da sua natureza e a resposta reconfortante e salvadora à sede humana de perfeição.

Por outro lado, a personalidade considerada no sentido dinâmico de evolução (tal como foi encarada no III Grupo), ajusta-se plenamente ao ponto de vista progressivo e ascensional, em que é tomada a definição de Saúde Mental. O equilíbrio da personalidade, conforme salientou o Prof. Dabrowski, em vez de ser considerado como uma forma estável ideal, em certo momento definitivamente atingida, aparece antes como etapa transitória, sujeita a crises e a processos desintegrativos positivos, de carácter construtivo, necessários para atingir uma forma sempre mais elevada do desenvolvimento da personalidade. Estas desintegrações positivas desempenham um papel basilar na esfera de actuação da Higiene Mental (tese do Prof. Dabrowski).

Ainda dentro das mesmas perspectivas, os valores espirituais revelam-se um remédio radical para muitas perturbações, conforme observou o psicólogo Rev. Dr. Jesus Muñoz, S. J. O perigo de uma vivência patológica dos valores espirituais constitui um pesado problema da Higiene Mental. Assim, como foi notado na discussão do III Grupo, um dos mais altos valores humanos, o sacrifício, pode ser vivido patologicamente sob a forma narcisista ou maso-

quista, até chegar mesmo ao extremo do suicídio.

Tais problemas interessam, também, de modo muito particular, as entidades responsáveis pela formação de um escol espiritual e exigem igualmente para a sua solução uma esclarecida pedagogia dos valores, desde os primeiros anos de vida, conforme já insistimos acima.

Parece-nos pois digna de todo o esforço e apoio a tentativa de uma estreita cooperação entre aqueles que se empenham nos problemas da formação humana (família, instituições educativas, médico-pedagógicas, de formação religiosa, profissional ou de projecção cultural, movimentos infantis e juvenis, etc.), no sentido de se prepararem de modo adequado e metódico (conforme foi explicitado na terceira conclusão deste Grupo), a fim de poderem exercer uma vasta e sólida acção de conjunto. Nesta mútua cooperação, inclui-se como recurso fundamental a actuação intensa e esclarecida de uma Higiene Mental concebida e realizada com amplitude e sempre respeitada da esfera de acção das instituições.

Este quadro incompleto e rapidamente esboçado, aqui, mas debatido e meditado em Barcelona, deixa-nos a esperançosa perspectiva de uma acção em grande escala, multidimensional, capaz de estruturar profundamente a personalidade humana em evolução, segundo os mais altos valores espirituais.

MARIA LUISA VAL DO RIO



→ VER
HORA NEWS

Chessman e a justiça humana

«Um relatório de 135 páginas, corrigido e dactilografado pelo próprio Chessman, acaba de dar entrada no Supremo Tribunal de Justiça de Washington».

...E uma vez mais o Mundo se interroga: Será o famoso prisioneiro de Saint-Quentin, Califórnia, *finalmente* condenado à morte... ou *finalmente* perdoado e posto em liberdade?

Eis uma questão das mais apaixonantes dos nossos dias — simultaneamente problema jurídico puro, caso de consciência que ultrapassa as fronteiras do seu próprio país e actualidade palpitante.

Chessman tem 38 anos, há cerca de 12 que se encontra prisioneiro e já esteve 7 vezes em iminência de ser executado na câmara de gás.

É um prisioneiro singular este ex-garoto da rua que começou por roubar para matar a fome, que é hoje um estudioso do Direito, um «best-seller» que escreveu quatro livros sobre a Justiça, um condenado que convoca conferências de imprensa, que é fotografado e filmado e cujo advogado voa em «jactos», de Los Angeles a Washington a pedir ao Supremo que mais uma vez lhe permita defender o seu constituínte.

Mas isto são os *elementos externos* do «caso Chessman» — escreveu livros, estudou Direito, tem dinheiro para pagar a um famoso advogado. O grande problema situa-se *dentro dele* — a ânsia de proclamar a sua reabilitação e de a ver reconhecida e sancionada.

Foram graves os seus crimes, foram; e ainda hoje Chessman irrita os seus julgadores pelo seu orgulho indómito e por aquela segurança e desenvoltura com que usa uma linguagem jurídica, mais própria de acusador do que de acusado.

Mas não estará já o ex-culpado suficientemente punido pela dramática, quase sobre-humana situação de constante expectativa de execução, por todos estes anos passados no «corredor da morte» como ele chama num dos seus livros?

Chessman, o ex-culpado... e todos os outros. Todos o que, em após ano, em Saint-Quentin, em Sing-Sing e no resto do Mundo são mortos em nome da Justiça.

O problema, o grande problema de consciência dos legisladores do Direito Penal magoa e incomoda... e torna-se problema para todos nós, quando o espírito é sacudido pela terrível interrogação: *A pena de morte justifica-se?*

É um problema perturbante e um grande convite à humildade, ao perdão, à caridade cristã — sentimentos de que o Santo Padre e alguns chefes de estado europeus, ao interceder por Chessman, nos têm dado comovedor e significativo exemplo.

E. F.



Fundação Cuidar o Futuro



